

A quarta-feira de cinzas da política

Pessoas com livre trânsito nos meios financeiros norte-americanos mostram-se cada vez mais preocupadas com a política econômica brasileira, que não tem oferecido os resultados esperados dentro do país e começa a sofrer severa crítica no exterior, pela inexistência de linha definida de atuação. Informações originárias dos Estados Unidos dizem que os técnicos do governo norte-americano e os do Fundo Monetário Internacional não mais utilizam estatísticas brasileiras por não enxergar nelas o mínimo de credibilidade.

A conclusão de estudiosos e observadores de ações brasileiras no campo da economia é a de que o Brasil está perdendo em relação ao México, país que tomou uma série de iniciativas no final do ano passado — estatizou bancos e empreendeu austeras medidas financeiras — e começa, agora, a respirar aliviado. O Brasil, ao contrário, na análise daqueles observadores, está hoje mais parecido com a Argentina, um país que vai se desorganizando lenta e gradualmente sem perspectivas de retomar o crescimento econômico ou de reorganizar em bases definitivas a vida política.

Há indícios concretos dessa situação. O FMI atrasou deliberadamente a liberação de mais uma parcela do empréstimo que fez ao país. Diversos bancos europeus decidiram não mais participar da operação conjunta que iria integrar o chamado projeto quatro, destinado a conceder oxigênio às agências bancárias brasileiras no exterior. Resultado de tudo isto: espera-se para qualquer momento outra rodada de negociações do Brasil com o mundo financeiro internacional. Dinheiro haverá, o problema é saber a que custo. Não é por acaso que o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, já solicita uma certa liberalidade do FMI em relação ao Brasil no que toca ao cumprimento das metas contidas naquela famosa carta-compromisso.

Diz o ex-ministro Mário Henrique Simonsen que os tecnocratas não devem dizer o que um governo precisa fazer. Mas são obrigados a revelar aquilo que não pode ser feito. Se a observação é correta, nos últimos tempos tem ocorrido precisamente o contrário, com tamanha intensidade que a política interna brasileira vive uma fase de delírio tão descolada da realidade que se um marciano descesse na praça dos Três Poderes iria pensar que a eleição para presidente da República seria realizada no mês que vem.

É, no mínimo, inquietante a estratégia escolhida pelo presidente da República para tratar de sua sucessão. Ele tem falado no assunto quase todas as semanas, em contatos pessoais ou por intermédio da televisão. Tudo estaria bem se não faltassem quase dois anos para o término da atual administração. A cada pronunciamento, o presidente sobe uma oitava em seu discurso e em Natal chegou a admitir que tem um candidato, "mas jamais revelarei seu nome à Nação".

O presidente disse também que o candidato a ser indicado será aquele que emergir das consultas às bases do partido, "mesmo que não seja meu amigo". Há coerência naquilo que o chefe do governo diz, mas o que se questiona é a oportunidade de falar, com tamanha ênfase. A sucessão presidencial, se for resolvida com a velocidade atual das negociações, resultará no término, dois anos antes, do governo Figueiredo. Pode ser até que o presidente admita a existência de um governo paralelo no seu último ano, mas a antecipação do debate impediu que assuntos tão sérios e emergenciais como a crise econômica, reforma da Constituição ou modificação no Ministério fossem tratados com a devida atenção.

Há muito tempo se diz que o samba e o carnaval têm o condão de alienar o povo que, entregue às folias, deixa de pensar na inflação e nos problemas do cotidiano. Agora, contudo, o debate sucessório, dois anos antes da data fatal, envolvendo ministros, presidente e vice-presidente da República e dirigentes partidários desvia atenção de algo muito mais sério: a profunda crise econômica do Brasil, país que se vê, agora, comparado aos piores aspectos da situação institucional da Argentina.

Nenhum dos candidatos apresentou até agora um programa de governo, ou um conjunto de medidas, capazes de retirar o país deste monumental desastre de uma inflação acima de cento e trinta por cento com seus ministros, humildemente, solicitando empréstimos aos potentados financeiros internacionais. Essa situação vai interferir cada vez mais tanto na sucessão presidencial em si quanto no próprio desenrolar da negociação política dentro do Congresso Nacional. Um jornal carioca fez uma pesquisa de opinião pública em doze áreas metropolitanas do país sobre o candidato preferido da opinião pública, em eleição direta para a presidência da República: ganhou Leonel Brizola com quase 20 por cento das preferências. O delírio político pode acabar como o carnaval: numa quarta-feira de cinzas chamada Fundo Monetário Internacional ou, no plano político, denominada Leonel Brizola.

André Gustavo Stumpf